«O Governo é nacional»

O Conselho de Ministros reuniu-se no Porto

O Conselho de Ministros reuniu-se ontem, pela primeira vez, na cidade do Porto, nas instalações do Governo Civil, e não na Câmara Municipal como, anteriormente, estava anunciado.

A entrada dos titulares das pastas do Governo Constitucional despertou a curiosidade de centenas de portuenses desocupados, que convergiram para as proximidades da Praça da Batalha. Aproveitando-se também desse facto, trabalhadores despedidos das empresas J. Gonçalves e dos têxteis Corona — empunhando os últimos um dístico que dizia "não recebemos há dois meses" — igualmente se reuniram no local.

O Primeiro-Ministro, acompanhado de outros membros do Governo, salientou que se prevê mais reuniões do Conselho fora de Lisboa, pois "o Governo é nacional", acrescentando que seriam tratados problemas de carácter regional e de âmbito nacional.

O secretário da Comunicação Social, Manuel Alegre, aludindo ao acontecimento, admitiu que realizações do género tenham por foco os arquipélagos dos Açores e da Madeira "onde se verificam graves problemas de separatismo".

Sottomayor Cardia, por seu turno, referindo-se a um dos prementes problemas do Ensino, o das colocações, garantiu que o processo está praticamente concluído, afirmando: "houve nomeações que fugiram aos termos legais e como tal as pessoas interessadas devem protestar, pois nós procuraremos resolver os seus problemas".

DIFICULDADES BUROCRÁTICAS

Enquanto Jorge Campinos evitou prestar declarações, porque, segundo declarou, com certa ironia, "é ministro sem pasta", Walter Rosa aludiu aos parques industriais do Norte.

Sousa Gomes, ministro do Plano e Coordenação Económica garantiu que serão revistos os financiamentos em empresas sem viabilidade económica.

O ministro dos Assuntos Sociais, Armando Bacelar, mostrou a sua satisfação por a reunião decorrer na capital nortenha, tendo feito especial referências ao Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e, ainda, ao Lar do Comércio. Acrescentou que a situação financeira deste estabelecimento apenas não está solucionada devido a dificuldades de ordem burocrática.

Medeiros Ferreira, titular dos Negócios Estrangeiros, teceu referências à visita do primeiro-ministro do governo de Espanha a Portugal, declarando:

"Os dois primeiros-ministros farão o ponto da situação. Aliás, as relações entre os dois governos são absolutamente normais. Feito o ponto da situação, os departamentos competentes darão sequência às grandes directrizes traçadas".

E a propósito do encontro do major Canto e Castro com Holden Roberto, o ministro reafirmou:

"O Governo não abdica de fazer a política externa, sendo contrário a tentativas de diplomacia paralelas".

DE MATOSINHOS A BRAGA

Mário Soares jantaria, segundo nos revelou António Macedo, presidente do PS, com os ministros da Habitação, Administração Interna, Transportes e Indústria.

O Primeiro-Ministro desloca-se, hoje, às instalações da Petrogal, em Matosinhos, de onde seguirá para a Câmara Municipal. Almoça num restaurante da Travessa de Passos Manuel, partindo a seguir para o empreendimento do Viso, e, posteriormente, deverá visitar um complexo habitcional na Maia, o qual compreende 700 fogos.

O Chefe do governo seguirá para Braga, onde perroitará, deslocando-se amanhã ao Parque Industrial de Celeirós, que dista cinco quilómetros daquela cidade, seguindo mais tarde para Famalicão, Guimarães e Santo Tirso.

UM QUARTO DE HORA DE DIÁLOGO COM CADA GOVERNADOR CIVIL DO NORTE

À reunião do Conselho de Ministros estiveram presentes os governadores civis dos distritos nortenhoss: Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Guarda, Bragança, Aveiro e Viseu. Segundo apurámos, foi estipulado num quarto de hora o tempo para cada governador expôs os problemas das regiões sob a sua jurisdição, considerados mais importantes.

PASSEIO NA CIDADE

Entretanto, o Primeiro-Ministro, que se hospedou num hotel da capital do Norte, deu ontem, antes da reunião do Conselho de Ministros, um ligeiro passeio a pé pela cidade, tendo declarado aos jornalistas que "é útil contactar e percorrer a pé a cidade do Porto ou qualquer outra, o que prova a tranquilidade em que está o País".

O Frimeiro-Ministro declarou ainda, referindo-se ao plenário ministerial a que a seguir presidiria, que se tratava "de uma reunião importante, embora seja uma reunião normal, com alguns aspectos sobre o Porto". Mário Soares, que chegou durante a manhã aquela cidade de combóio, passeou pelas ruas da cidade, dizendo a propósito: "Circulei pela cidade, contactei com muita gente, ouvi reclamações, ouvi também algumas palavras de esperança e simpatia. Evidentemente, há pessoas que se fecham, pois a vida está cara, há problemas. Mas nós vivemos em liberdade. Ouvimos e tentámos melhorar as situações difíceis".

Sobre se seriam incluídos na agenda do Conselho problemas resultantes da possível contrução da Central Nuclear de Samora, Mário Soares respondeu que tal assunto não seria hoje debatido. O trajecto do Hotel Batalha — onde Mário Soares está hospedado — e o Governo Civil, foi feito a pé por Mário Soares, Sottomayor Cardia, Manuel Alegre, Costa Brás e outros membros do Governo.

VIAGEM DE COMBÓIO

Cerca das 13.05 de ontem, chegaram ao Porto, por caminho de ferro, alguns dos membros do Governo que participaram nesta referida reunião do Conselho de Ministros. Em declarações à Imprensa, Manuel Alegre, secretário de Estado da Comunicação Social e porta-voz do Governo, afirmou a respeito da reunião ministerial: "Tem um significado não apenas simbólico, mas político. Queremos mostrar que este Governo não é um Governo do Terreiro do Paço, acima do País e, por vezes, contra ele. É um Governo para o País e de todo o País".

E acrescentou: "É evidente que não é pelo facto de reunirmos no Porto que se faz uma política de descentralização, mas é através do contacto directo com as realidades do País real que se pode levar a cabo essa política de descentralização".

Põe seu turno, o ministro da Educação e Investigação Científica, Sottomayor Cardia, diria a respeito os acontecimentos que ultimamente se registaram nos liceus do Porto: "São acontecimentos graves relativamente ao quais está em curso procedimento adequado". Sottomayor Cardia escusou-se a acrescentar mais pormenores sobre o assunto.

Eleições para as Autarquias

O PSD/PPD contra tentativas de «forçar ou comprar o voto»

"Um país novo será aquele que, fiel à sua cultura e à sua identidade, possa, finalmente, assumir-se em termos de instituições democráticas, que é o mesmo que dizer de poder efectivo dos seus cidadãos. A construção deste País novo passa pelas nossas cidades, vilas e aldeias, porque, todas elas em conjunto, na sua infinita variedade, nas potencialidades enormes da sua gente, são o país real que temos no pensamento".

Estas afirmações estão contidas no texto do manifesto do PSD/PPD sobre as próximas eleições para as autarquias locais, no qual o Partido Social-Democrata preconiza o "termo da dependência, do arbítrio, da corrupção da autoridade, do esquecimento injusto da existência de milhões de portugueses". A propósito, assinala que a mudança, subjacente à democracia, tem de significar "liberdade, progresso, justiça social, instrução, condições de vida mais dignas para os cidadãos".

"AS FALSAS PROMESSAS"

O PSD/PPD adverte os eleitores no sentido de estarem "atentos para as falsas promessas com que, às vezes, abusando de posições de poder ou de autoridade, se pretende forçar, ou até comprar, o voto do povo". Vai o partido empenhar-se para que "aos nossos concelhos seja finalmente atribuída, em termos concretos, aquela independência financeira que a Constituição da República já lhes reconheceu", pois só assim as autarquias deixarão de viver de subsídios e comparticipações do Governo, antes disporão das suas receitas próprias, provenientes de parte dos impostos directos arrecadados na sua área. Observa, a este respeito o PSD/PPD:

"Não mais será preciso, então, que paguemos metade do necessário, para ter água e luz, enquanto a Lisboa e aos seus habitantes são dadas, na totalidade, não só a água e a luz, mas também os esgotos, as casas, as escolas, as ruas e as estradas, de que não só Lisboa mas todo o Portugal e todos nós precisamos. Quando isso acontecer, e será para breve, romper-se-á definitivamente o laço de dependência financeira que ligava as autarquias ao Governo central e os governadores civis, criadas as regiões administrativas, desaparecerão".

"SUSPEITOS APOIOS FINANCEIROS ELEITORALISTAS"

Também não deixa o partido de vincar que o futuro das comunidades locais não pode ser hipotecado à "vã promessa de suspeitos apoios financieros eleitoralistas, amarrando-as ao carro desconjuntado do poder". Por outro lado, o povo português deve estar também atento "àqueles partidos que lhe surjam afirmando o desejo de transformações que não estão de acordo com a sua filosofia política e o seu espírito radicalmente inovador. Não serão nunca partidos que jogam na manutenção das estruturas básicas da sociedade que conseguirão, na prática, construir um verdadeiro poder local ao serviço das populações".

"Atento deverá estar igualmente o povo — diz ainda o PSD/PPD — a quantos temem a sua própria imagem. Que se disfarçam e disfarçam os seus apoiantes, tentando ocultar, sob a capa de siglas unitárias, a sua realidade. A única unidade que as suas listas assumem é que, confessados militantes ou "ocultos submarinos", os seus componentes são, efectivamente, apoiantes do Partido Comunista e da sua acção. Escutando todas as palavras e pesando-as com aquela sabedoria profunda, que muitas vezes não vem das leis nem dos livros, terão os eleitores portugueses que escolher, no próximo dia 12 de Dezembro, as pessoas que irão conduzir a sua vida local".

IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATOS

Entretanto, como membro do Governo responsável pela administração política interna, o tenente-coronel Costa Brás está a visitar algumas regiões do País, para se inteirar dos preparativos para as eleições. Assim, antes de seguir para o Porto, a fim de participar no Conselho de Ministros, esteve em Castelo Branco reunido com autoridades locais e com candidatos de algumas listas concorrentes às autarquias.

A coincidir com a visita do ministro da Administração Interna, na capital da Beira Baixa foi anunciada a impugnação, requerida pelo PS e "PU" (PCP/MDP/FSP), do candidato cabeça de lista do CDS à Câmara Municipal da Covilhã, com fundamento no facto de haver sido, no anterior regime, presidente de uma Junta de Freguesia. Os reclamantes exigem que a lista seja anulada, invocando o argumento de terem terminado os prazos para substituição de candidatos.

Simultaneamente, divulgou-se no Porto que também havia sido requerida a impugnação de listas do PSD/PPD para a Assembleia e o Município de Lousada, justificando os autores da iniciativa que o candidato a presidente da Câmara desempenhou aquelas funções durante alguns meses, antes do 25 de Abril, enquanto o indicado em segundo lugar para a Assembleia Municipal é magistrado. O juíz ao qual foi apresentada a impugnação ainda não se pronunciou.

SUSPENSÃO DE TRÊS MILITANTES DO PS

O Partido Socialista suspendeu já três militantes integrados em listas de candidaturas às autarquias propostas pela frente "Povo Unido", os quais correm o risco de vir a ser expulsos (a decisão final cabe à comissão nacional de conflitos). De assinalar que os órgãos do partido haviam recentemente desmentido que elementos socialistas concorressem pela frente organizada pelo PC.

Posteriormente, perante novas indicações, o PS decidiu proceder a um inquérito à escala nacional, tendo já detectado três casos, mas admitindo que não venham a ser referenciados mais. Considera, de resto, que outros casos não são dedesobediência, pois se trata de socialistas que concorrem com comunistas e candidatos de outras tendências em freguesias onde o PS e outros partidos não apresentaram listas.

Das «tricas» militares

Um País à mercê de desmentidos...

Conthuação da pág. 1

Chefe do Estado e do major Melo Antunes no acto de posse da Comissão Constitucional.

Alarmou-se, depois, com a polémica levantada pelo incidente: Melo Antunes dera ou não dera a conhecer, previamente, o conteúdo do seu discurso a Ramalho Eanes?...

Morais da Silva arrostaria, seguidamente, com uma ampla e orquestrada manobra dos jornais afectos ao PCP quando produziu afirmações claramente condenatórias da atitude Meloantunista cujo grupo — dissera-se — "abrira fogo" sobre a posição político-militar de Pires Veloso.

Antes, era conhecida a pressão que vinha a exercer-se (da mesma origem) no sentido de afastar Jaime Neves do Regimento de Comandos da Amadora.

Depois, seriam as surpreendentes razões apontadas por Salgueiro Maia para o seu afastamento da Escola Prática de Cavalaria. E o não menos surpreendente desmentido do famoso capitão de Abril a quanto, por curiosa coincidência, era similar em órgãos da informação bem distantes entre si a nível de orientação política...

Nesse aspecto, "O Dia" pode acrescentar elementos novos ao processo: depois da "caxa" do nosso prezado colega "Diário Popular", a nossa reportagem contactou Salgueiro Maia obtendo, rigorosamente, todas as declarações produzidas nos jornais do dia seguinte e que resolvemos não publicar pela simplicíssima — mas bem forte — razão de o capitão-cavaleiro se recusar a assumi-las pessoalmente, em forma de entrevista. O que, para lá de nos não parecer sério se confundiria com uma utilização abusiva da imprensa para finalidades que só poderiam ser as de uma destabilização militar ou, noutro caso, produto de perfeita inconsciência.

Surpreendentemente, também, temos agora Salgueiro Maia e os comunicados militares a "recusar" instrumentalizações.

Isto é: no mínimo, continuam a ser os jornalistas os "coveiros" da situação. Os militares, nunca!...

É triste pelo que isso representa de falta de confiança no que venham a comunicar-nos de futuro.

Francamente, não há jornalista que mereça esse nome que não esteja farto dos comunicados finais do Conselho da Revolução em que tudo é normal, normalíssimo — até que as fugas de informação comecem e se saiba, por exemplo, do "caso Canto e Castro". Que, segundo as tais "fontes dignas de todo o crédito", não seria mais que uma jogada de antecipação tendente a desculpar ou minimizar nas suas responsabilidades, outros encontros diplomaticamente inquietantes a nível interno e externo...

Perante isto, cremos que é lógico perguntar ao Governo Militar de Lisboa se julga, na realidade, que aquilo a que, modestamente chama "tricas militares" não serão, mais que qualquer outra incidência política, de todo o interesse nacional.

Ou não sabemos todos que, nestes dois últimos anos, a instabilidade política tem andado de maõs dadas com a instabilidade militar?

E que, perante quanto transpira da intranquilidade das fardas, descrê e desmoraliza o povo — ao menos esse que, mais que da política, queria viver da justa contrapartida do seu trabalho, enquanto os partidos — todos, atenção! — especulam, manobram e aproveitam, a seu bel-prazer, de cada crise ou desentendimento entre os homens de galões?...

E assim sendo, e em semelhante panorama — tão gravoso para a sede de paz, tranquilidade e progresso de que tanto sofre este país — como pode — e por quem?... — garantir o general Vasco Lourenço que não teremos outro 28 de Maio?...

José Sampaio

PLENÁRIO DOS AGRICULTORES
(PENAFIEL)

Realiza-se no próximo dia 21 de Novembro, pelas 14 horas, no Estádio 25 de Abril uma reunião de Agricultores com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Os Agricultores e a política agrícola
2.º — Arrendamento rural
3.º — Política de preços agrícolas
4.º — Segurança e assistência social aos Agricultores

No momento em que Portugal é um Estado de Direito!
Em que a maioria dos portugueses vive em Democracia!
Porquê aplicar aos Agricultores leis antidemocráticas e anticonstitucionais?
Quem tem medo da sua discusssão na Assembleia da República?
Desejamos que a Democracia chegue aos campos de Portugal!
Foi por isso que os portugueses lutaram em Rio Maior nos dias 24 de Novembro de 1975 e 10 de Outubro de 1976.
É isso que continuamos a defender!
Agricultor, participa; só unidos podemos vencer.

Confederação dos Agricultores de Portugal